


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000136-26.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Banco Itaucard Sa**  
 Requerido: **Priscila Silmara Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Banco Itaucard S/A propôs Ação de Busca e Apreensão contra Priscila Silmara Silva, visando reaver veículo, objeto de alienação fiduciária em garantia, estando, o requerido, em débito com as prestações vencidas, a partir de 28.08.2012, condenando-a ainda, nas verbas da sucumbência.

Apreendido o bem, a parte ré contestou, porém assumiu a impossibilidade de pagar as prestações, conforme fls. 29/30.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

Despicienda a produção de outras provas, vez que demonstram os documentos a alienação fiduciária, bem como a mora da parte requerida (fls. 15/17).

Destarte, e considerando que não houve oposição ao pedido inicial, a procedência desta ação, é medida que se impõe. Vale ressaltar ser vedado ao julgador pronunciar de ofício eventual abusividade de cláusulas contratuais em contrato bancário, *ex vi* da súmula 381 do E. STJ.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Assim, inadimplente a contratante do financiamento sua posse sobre o veículo assume ares de ilicitude e autoriza a incidência da cláusula de fidúcia, nos termos do art. 1.364 do Código Civil e Dec. Lei 911/69.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta,  
**JULGO PROCEDENTE A AÇÃO (artigo 269, I, CPC).**

Em consequência, declaro rescindido o contrato e consolidado em caráter definitivo, a favor da autora, a posse e o domínio plenos e exclusivos do bem, apreendido liminarmente.

Levante-se o depósito, ficando facultada a venda pela autora, na forma do art. 3º, parág. 5º., do Dec.-Lei no. 911/69.

A ré arcará com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00, nos termos do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, ficando suspensa a cobrança nos termos do art. 12 da Lei 1060/50.

**P.R.I.C**

Ibaté, 11 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**